



**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – SEDE DE PONTA GROSSA**
GRADUAÇÃO - DIREITO
EDITAL Nº 048/2023

A Coordenadora da Sede da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em Ponta Grossa, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com os itens 10.1 e 10.3 do Edital nº 29/2023, divulga o gabarito (ANEXO I) e o resultado provisório da prova objetiva:

RESULTADO PROVISÓRIO DA PROVA OBJETIVA	
NOME	Nota da Prova Objetiva
MARIA LAURA MAZURECHEN HOFF	17
ALEXANDRE OLIVEIRA CARNEIRO	16
ANA PAULA ROVEDA	16
CLAUDIANE KUHN	16
MARIA EDUARDA CAVALLI PINTO	16
AMANDA MOREIRA	15
EDUARDO HENRIQUE SILVA	15
ALEXANDRE KOPPE PORTELLA	14
ANA CAROLINA NAUMANN	14
TIAGO BASSANI SOWEK	14
ALINE DE LARA	13
BARBARA LUISA LEITE DA SILVA	13
MAYCON FELIPE RIBEIRO DA SILVA	12
STEPHANY YASMIN SALES DE CASTRO	12
ROSINEIA KOVALSKI	11
LAURA VITORIA DZAZIO	10
LUIZA DE OLIVEIRA BALARIM	10
RAFAELE NAYANE DUTRA	10
VITORIA KASIOROWSKI BIANCOLINI LIMA	10
ANDRIA PINHEIRO GRDEN	9
JENIFFER FERREIRA SILVEIRA	9



Os candidatos poderão ter acesso às provas e às notas para eventual recurso, nos termos do item 10.2 e 10.2.1 do referido edital.

Ponta Grossa, 8 de fevereiro de 2023.

Monia Regina Damiano Serafim
Defensora Pública
Coordenadora da Sede de Ponta Grossa

ANEXO I – PROVA E GABARITO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O texto constitucional prevê objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Dentre esses podemos afirmar que não constituem objetivos fundamentais:

- (A) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Conceder asilo político.**
- (D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

2. A Constituição de 1988 reconhece a instituição do Júri, porém não assegura:

- (A) o sigilo de votações.
- (B) a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.**
- (C) a soberania dos veredictos.
- (D) a plenitude de defesa.

3. Considerando os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- (A) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.**
- (B) ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo administrativo.
- (C) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo se comprovarem a autoria e materialidade de um delito.
- (D) é livre a manifestação de pensamento, sendo facultado o anonimato.

CIVIL E PROCESSO CIVIL

4. Conforme o Código Civil, é correto afirmar que a lei põe a salvo os direitos do nascituro, desde:

- (A) cento e oitenta dias de gestação.
- (B) a concepção.**
- (C) o nascimento com vida.
- (D) cento e vinte dias de gestação.



5. O usucapião representa uma forma especial de aquisição de propriedade.

Assinale a assertiva correta sobre o tema:

- (A) o usucapião extraordinário de bens imóveis exige o exercício de posse pelo prazo de mínimo de vinte anos.
- (B) no usucapião extraordinário, o estabelecimento de moradia habitual no imóvel é causa de redução do tempo de posse exigido em lei.**
- (C) o possuidor não pode, para o fim de contar o tempo de posse exigido para o usucapião, acrescentar a posse exercida por seus antecessores.
- (D) na ação de usucapião deve ser citado somente aquele em cujo nome esteja registrado o imóvel usucapiendo.

6. São requisitos essenciais para o reconhecimento da união estável:

- (A) as partes devem morar no mesmo lar.
- (B) a união não poderá ser convertida em casamento.
- (C) a união deve ser pública, contínua e duradoura.**
- (D) as duas pessoas não podem ter impedimento para casar.

7. Nos termos do art. 98 do CPC, a concessão de justiça gratuita não compreende:

- (A) as despesas com realização de exame de DNA e de outros exames considerados essenciais.
- (B) as taxas ou custas processuais.
- (C) o custo com a elaboração da memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;
- (D) as multas processuais que forem impostas à parte beneficiária da justiça gratuita.**

8. Nas ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento e dissolução de união estável, é competente o foro, em regra:

- (A) do domicílio da mulher;
- (B) do domicílio do réu, ainda que uma das partes resida no antigo domicílio do casal;
- (C) do domicílio do guardião de filho incapaz;**
- (D) do domicílio do autor da ação.



9. O novo Código de Processo Civil dedicou um título específico à Defensoria Pública com dispositivos que reforçam a importância da Instituição no Estado Democrático de Direito. De acordo com o tema, assinale a alternativa incorreta:

- (A) a Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para suas manifestações processuais, salvo para interposição de recurso.
- (B) o membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- (C) a Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.
- (D) escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei também possuem o direito do prazo em dobro conferido à Defensoria Pública.

PENAL E PROCESSO PENAL

10. Não se inclui dentre as qualificadoras do crime de homicídio (art. 121, 2º, CP):

- (A) motivo torpe
- (B) motivo fútil
- (C) emboscada
- (D) sob a influência do estado puerperal

11. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) não há crime quando o agente pratica o fato (I) em estado de necessidade, (ii) em legítima defesa, (iii) em estrito cumprimento do dever legal.
- (B) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato
- (C) É crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu, por negligência ou imprudência, o risco de produzi-lo.
- (D) os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

12. Aquele que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, mas atua em excesso culposo,

- (A) não responderá criminalmente pelo excesso.
- (B) só responderia criminalmente se o excesso fosse doloso.

(C) responderá criminalmente pelo excesso.

(D) não responderá criminalmente em nenhuma hipótese, nem de dolo nem de culpa, mas será responsabilizado civilmente.

13. A respeito da Lei nº 11.340/06, que dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, é correto afirmar:

(A) por medida de economia processual, a ofendida poderá ser encarregada de entregar intimação ou notificação ao agressor.

(B) é permitida a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de suspensão condicional do processo e transação penal nos crimes de menor potencial ofensivo.

(C) nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada para tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

(D) é permitida a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

14. Nos crimes de ação pública, quando a lei o exigir, esta será promovida pelo Ministério Público, mas dependerá de:

(A) representação da autoridade policial ou de quem tiver qualidade para representá-la.

(B) autorização do Poder Judiciário.

(C) recebimento da denúncia pelo Juiz Criminal.

(D) requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

15. Sobre o Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

(A) é competente para julgar o homicídio doloso e culposo; induzimento, auxílio ou instigação ao suicídio, o infanticídio e o aborto.

(B) os veredictos nem sempre são soberanos, podendo serem revistos pelo Juiz presidente, sempre que a pena for considerada injusta.

(C) é garantido o sigilo das votações e a plenitude de defesa.

(D) é competente para julgar o homicídio doloso; induzimento, auxílio ou instigação ao suicídio, o infanticídio, o aborto e a lesão corporal seguida de morte.

16. Assinale a alternativa correta no tocante à prisão preventiva:

- (A) o juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no decorrer do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la se sobrevierem razões.
- (B) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal a prisão preventiva poderá ser decretada pelo Juiz de ofício.
- (C) a prisão preventiva só poderá ser decretada quando iniciada a ação penal.
- (D) a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública ou do clamor social.

17. De acordo com o Direito Processual Penal, assinale a alternativa correta:

- (A) nenhum acusado, com exceção do foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- (B) salvo nos processos contravencionais e nos de rito sumaríssimo, nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor.
- (C) salvo nos casos de força maior, nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- (D) nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

INSTITUCIONAL

18. De acordo com a Lei Complementar n.º 80/94, são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- (A) prevalência e efetividade dos direitos humanos; redução das desigualdades sociais; garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- (B) primazia da dignidade da pessoa humana; prevalência e efetividade dos direitos humanos.
- (C) unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- (D) unidade, indivisibilidade e subordinação funcional.

19. A Defensoria Pública é instituição permanente, incumbindo-lhe, fundamentalmente:

- (A) a defesa, até o segundo grau, dos necessitados.
- (B) a defesa dos servidores públicos estaduais.

(C) a orientação jurídica dos necessitados.

(D) o ajuizamento da ação penal pública.

20. São prerrogativas do Defensor Público, nos termos do art. 128 da Lei Complementar nº 80/94, exceto:

(A) ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais.

(B) representar a parte, em feito administrativo ou judicial, após a juntada de procuração.

(C) manifestar -se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota

(D) ter o mesmo tratamento reservado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.